

DIREITOS HUMANOS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**Democracia, Direitos Humanos,
Cidadania e comunidade escolar**

Marcos Santana de Souza

Caros (as) cursistas (as),

A partir deste módulo, abordaremos a interface entre Projeto Político-Pedagógico e Direitos Humanos. Veremos mais especificamente quais são os elementos que compõem o PPP e como a concepção de Direitos Humanos pode colaborar diretamente na construção de plano de ações da escola e, sobretudo, na efetivação de uma educação fundamentada em princípios democráticos. Discutiremos assim sobre como a participação coletiva e a gestão democrática da escola são aspectos essenciais nesse processo, que visa fazer avançar a educação e com ela a própria sociedade.

Democracia, Direitos Humanos, Cidadania e comunidade escolar:

Com bastante frequência ouvimos falar a respeito do Projeto Político-Pedagógico e da sua importância no contexto escolar. Sabemos que é a partir dele que a escola explicita os seus valores, objetivos e currículo, apresentando mais claramente para a comunidade quais princípios orientam suas ações em diferentes campos ao longo do processo educativo.

Podemos dizer, contudo, que o Projeto Político-Pedagógico é um elemento que de modo geral encontra-se próximo e ao mesmo tempo distante da maior parte do cotidiano dos educadores brasileiros. Como professores, frequentemente destacamos a importância de compreender e discutir a respeito da concepção de educação presente no Projeto das escolas, dos erros que constam no currículo escolar, da ausência de uma maior comunicação entre escola e comunidade, mas mesmo assim enxergamos pouca relação entre o Projeto Político-Pedagógico e os dilemas que atravessam a Educação no país.

Concordamos que o Projeto é importante, que ele representa a própria “alma” da escola, mas na prática conhecemos muito pouco sobre ele e suas implicações para o sistema educacional que temos e, principalmente, para o que almejamos ter. Aprendemos de forma equivocada a pensar no PPP como aquilo que “sonhamos” para nós, para os alunos e comunidade. Porém, como um “sonho” ou “devaneio” entendemos, por sua vez, que o Projeto Político-Pedagógico deve figurar na escola como um conjunto de princípios e metas sem relação muito direta com a nossa prática. Compreensão que compromete diretamente a qualidade da educação que oferecemos nas escolas públicas, colaborando assim para um novo tipo de exclusão social na educação, visto que esse tipo de ensino afeta principalmente os segmentos excluídos da população (SACAVINO, 2007).

Nesse processo, persiste na maior parte dos Projetos uma dissociação entre pensamento e ação, repercutindo em outras dicotomias que assinalam a distância entre

aqueles que supostamente pensam a realidade escolar e aqueles que “apenas” atuam na sua operacionalização. Assim, conforme destacou Ilma Veiga (2001, p. 49), “isto significa que os dirigentes da escola e os especialistas afastam-se das práticas e dos professores desligam-se das decisões”. Segundo a autora, um incentivo para o fortalecimento do individualismo e do isolamento dos atores que atuam no processo educativo.

O PPP aparece, não raramente, sobretudo quando orientado por uma visão estratégico-empresarial, como elemento “absoluto” diante do qual costumamos recuar. Entendemos normalmente que se o Projeto aponta para os “ideais” que devemos perseguir, a “realidade” do sistema educacional no país nos “ensina” que na “prática tudo é muito diferente” e que “pouco” podemos fazer diante das expressões de intolerância e violência em relação àqueles que não se enquadram nos modelos hegemônicos. Essa posição, longe de ser isenta, colabora fortemente para a permanência de desigualdades, dificultando o exercício da alteridade e que se expressa em linhas gerais no respeito aos que são diferentes de nós.

Embora sejam bastante perigosas generalizações desse tipo, o fato é que dificilmente fazemos uso do Projeto no cotidiano escolar para estruturar práticas, avaliações e pensar demais atividades. Lógico que existem as exceções, mas estas costumam ser justamente dos profissionais que se envolveram na elaboração do Projeto ou que atuam diretamente na gestão das secretarias de educação. O mais comum é que uma vez elaborado o PPP deixe a cena viva da escola e passe a constituir uma referência vazia nas práticas dos educadores, envoltos nos dilemas mais diversos do cotidiano escolar, que se mostra ainda distante da tarefa de cultivar uma formação ética e política capaz de transformar consciências em favor do desenvolvimento social.

Temos, na maior parte das vezes, um contexto educacional que se caracteriza de forma mais comum por uma relação distanciada entre professores e comunidade, assim como entre Educação e Direitos Humanos. Não podemos deixar de ver nisso um reflexo da relação controversa que mantemos com o Projeto de educação da instituição onde atuamos e das relações que nele se estabelecem, fazendo com que o Projeto seja idealizado “como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias que emanam de vários centros de decisões e de diferentes atores” (VEIGA, 2001, p. 49).

É bastante comum observar que as ações nas escolas sejam orientadas por saberes muitas vezes distintos daqueles elencados no Projeto, demonstrando uma forte oposição entre o sentido de uma Educação “desejada” e que estimula o respeito à diversidade por ações que, na prática, ainda que de forma indireta, atuam fortemente na manutenção de desigualdades históricas e que tem no preconceito e em outras formas de violência simbólica e/ou física a sua principal marca. Com bastante frequência, notamos que ainda hoje “o sujeito do discurso arroga ao seu discurso o estatuto de verdade, enquanto deprecia, quando não ignora, o discurso do Outro” (SILVEIRA, 2007).

Entendemos que contradições como essa precisam ser superadas no cotidiano escolar por meio de concepções e práticas que incentivem a construção de Projetos Político-Pedagógicos orientados pelo respeito e promoção dos Direitos Humanos e um por um paradigma de Educação centrada no planejamento dialógico. Desse modo, destacamos que é extremamente importante conhecer os princípios norteadores de um planejamento coletivo. O conhecimento mais aprofundado e consciente em torno dos fundamentos do projeto levará a melhor instrumentalização dos mecanismos de participação efetiva dos segmentos escolares na construção do PPP, assim como a construção de uma escola mais propositiva diante do mundo, o que implica tornar a reflexão sobre a importância dos Direitos Humanos parte da realidade dos alunos, pais de alunos, funcionários e professores e não meramente tema para discussões esporádicas e enviesadas. Conforme assinalou José Sérgio Carvalho (2007, p. 483), “...o cultivo de valores ético-políticos não se restringe a uma atividade educativa específica, mas deve impregnar o cotidiano escolar em suas atividades mais corriqueiras”.

A gestão democrática da escola consiste num grande aliado na formulação e operacionalização do Projeto da escola e na transformação do contexto escolar. Diferentes pesquisadores (PARO, 1997; GANDIN, 2006) ressaltam a importância de experiências de produção coletiva do Projeto. Uma prática dialógica revela a face da participação democrática na instituição educacional e propõe a partir da interação entre os diferentes sujeitos da escola a efetivação do sentido maior dos Direitos Humanos na educação que defendemos, visto que o Projeto Político-Pedagógico, de acordo com Luís Gandin (2006, p. 70),

implica a construção de uma qualidade que é, ao mesmo tempo, política e técnica. Neste processo, é preciso não descuidar nem da elaboração de uma clara visão do mundo nem da construção do conhecimento, tarefa precípua da escola; ambos devem estar relacionados intimamente.

Veremos que a definição de um currículo que preze pela transversalidade dos temas em Direitos Humanos e estimule uma ação interdisciplinar na escola será aspecto essencial a ser incorporado no PPP, que precisa motivar a existência de uma escola democrática e um ensino de qualidade para todos de forma indistinta. A primeira condição para isso está em compreender que o Projeto Político-Pedagógico representa bem mais que o plano de desenvolvimento da instituição escolar e que implica em um querer interferir nas práticas, transformar o contexto educativo, pois “quem quer manter a estrutura e a cultura escolares intactas não necessita de projeto e muito menos de um projeto político-pedagógico” (GANDIN, 2006, p. 67). Ou seja, o PPP deve ser um instrumento ou guia para transformação da realidade escolar e até mesmo da sociedade e não texto vazio para ensinar a manutenção de velhas práticas.

O PPP deve ser visto antes de tudo como o sentido de Educação defendido e vivenciado por aqueles que pensam e administram a escola, constituindo-se num processo

que vise principalmente a superação efetiva de problemas como evasão, repetência e violência observados no contexto escolar, bem como o distanciamento entre a teoria e as práticas, entre as discussões teóricas em torno da ética e o comportamento ético de alunos e professores. Quando se trata de discutir educação em direitos humanos veremos que educar, compreendido no senso comum como simples ato de transmitir conhecimentos e preparar para o mercado de trabalho, ganha outros significados essenciais à convivência dos indivíduos em sociedade. Segundo Eduardo Bittar (2007, p. 315), na concepção de educação em direitos humanos, o ato de educar,

só tem sentido enquanto preparação para o desafiar. Uma educação que não seja desafiadora, que não se proponha a formar iniciativas, que não prepare para a mobilização, que não instrumente a mudança, que não seja emancipatória, é mera fábrica de repetição das formas de ação já conhecidas.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico deverá ainda atuar na superação de um modelo empresarial de educação por um tipo de administração escolar que leve em conta a complexidade do processo pedagógico nas escolas e que atue diretamente na sensibilização e humanização de seus agentes. Um Projeto coerente procurará corresponder aos anseios em torno da construção da identidade da escola, assim como assegurar a concretização de ações que incentivem a convivência democrática e respeitosa entre os sujeitos e a prevenção contra as violações dos Direitos Humanos na escola e demais espaços de convivência social.

Projeto Político-Pedagógico:

O primeiro passo para propormos a assimilação dos temas e práticas de Direitos Humanos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico é termos uma compreensão mais clara a respeito das implicações que esses mesmos temas exercerão sobre o cotidiano escolar. É preciso conhecer o contexto da escola e da comunidade, identificar suas demandas, ouvir o que dizem e almejam professores, alunos, pais de alunos e funcionários sobre a escola. Ou seja, é importante reconhecê-los como sujeitos históricos e ativos no processo educativo e assim conhecer mais de perto a realidade da escola onde atuamos.

Neste sentido, questões acerca dos dilemas vivenciados cotidianamente e das atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola para enfrentar esses problemas precisam ser analisados. Saber detalhes sobre o contexto escolar, a exemplo de quais são os recursos materiais disponíveis para viabilização de atividades, o perfil de alunos e professores, a estrutura física é fundamental, embora não seja suficiente. Para além de saber se a escola possui histórico de violência, por exemplo, é importante compreender quais são as principais causas e conseqüências desse fenômeno para o cotidiano da própria instituição, mais precisamente para o trabalho de professores e para o desenvolvimento dos alunos.

Assim, se a escola é marcada por cenas constantes de violência, demonstrações de intolerância diversas ou pela desmotivação crônica de alunos e/ou professores é necessário construir paralelamente à identificação desses problemas um quadro que possibilite a análise de suas principais causas e conseqüências. Quais são os principais conflitos vividos pela escola e o que eles revelam? Além disso, quais ações eles demandam? Sobre essa fase do diagnóstico, mostra-se bastante oportuna a observação de Luís Gandin (2006, p. 69) sobre a importância desse trabalho para a elaboração do Projeto, pois, segundo o autor: “o diagnóstico não deve ser confundido com um levantamento de problemas; levantar problemas não exige teoria. Em um diagnóstico se julga, à luz da teoria, de onde vêm os problemas que enfrentamos na escola, e se levantam as necessidades da escola”.

O passo seguinte está em conhecer de forma mais detalhada sobre como se estrutura o Projeto. Afinal, qual o seu papel no contexto escolar e como a comunidade escolar pode interagir a partir desse elemento para o desenvolvimento de ações educativas? Como pais e demais membros da comunidade podem, a partir de suas experiências e saberes, participar das ações da escola e, particularmente, da construção de uma educação pública de qualidade? Como a diversidade é pensada por essa comunidade e pela escola? Que caminhos podem ser definidos para a superação e enfrentamento de problemas como preconceito em diferentes expressões? A partir de questões como estas, que devem levar em consideração as especificidades e interesses dos atores envolvidos no contexto escolar, o Projeto Político-Pedagógico fará referências importantes relacionados à qualidade de escola, à concepção de homem e de sociedade, bem como sobre as formas de avaliação elencadas e os sentidos que envolvem as diferentes práticas para o tipo de educação defendida pelo PPP.

Neste sentido, a escola não pode fugir a questões essenciais relacionadas à sua organização interna, à operacionalização de suas atividades e, sobretudo, qual é a sua função social. É importante que a ação se conjugue com a reflexão, num círculo que promova o desenvolvimento e a autonomia dos atores sociais que compõem a escola para pensar conteúdos e a melhor forma de abordá-los no desenvolvimento de uma educação emancipatória, entendendo esta como “uma educação que não simplesmente formula, ao nível abstrato, problemas, mas aquela que conscientiza do passado histórico, tornando-o presente, para a análise da responsabilidade individual ante os destinos coletivos futuros” (BITTAR, 2007, p. 317).

O Projeto, portanto, não prescindirá de uma metodologia que prime pela clareza dos seus objetivos e que saiba exatamente onde pretende chegar com suas ações. Quais valores o Projeto quer desenvolver na escola? Qual é a relação entre os conteúdos e a metodologia? Essas questões nortearão a elaboração do PPP, evitando contradições entre o que os atores que integram a escola dizem querer e efetivamente o que desenvolvem. Esse é um cuidado essencial que os envolvidos no projeto devem observar e que implica ter claramente o sentido de educação que norteia a elaboração do PPP.

Na perspectiva de uma educação para os Direitos Humanos e a cidadania, a primeira ação a ser realizada é conhecer o Projeto da escola e saber se em algum momento as temáticas relacionadas aos Direitos Humanos são apresentadas. Cabe identificar se em algum momento esses temas aparecem, de que modo aparecem, bem como se eles se relacionam com as demais temáticas e, sobretudo, se expressam as especificidades do tempo vivido pela escola. De acordo com Oliveira (2005, p. 40), a noção de Projeto expressa o sentido próprio da educação na medida em que reconhece que não existe escola ideal e que é necessário refletir constantemente sobre o seu papel para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Segundo a autora,

Uma escola como um modelo ideal e não flexível não existe, uma vez que ela vai se construindo nas contradições do seu cotidiano, que envolve situações diversas, correlações de força em torno de problemas, impasses, soluções, vivenciados a cada momento.

Como exercício, a fim de suscitar o debate no espaço escolar onde você atua sugiro que realize uma breve consulta entre alunos, professores e funcionários sobre a concepção que eles possuem sobre Direitos Humanos. O que eles entendem por “Direitos Humanos”? Qual é, para eles, a “finalidade” e importância dos Direitos Humanos atualmente? Como cada indivíduo pode participar da promoção dos Direitos Humanos?

Com isso, exercitaremos algo fundamental para qualquer projeto, ou seja, o conhecimento sobre a realidade onde pretendemos atuar de forma mais consciente e ativa. É a partir desse conhecimento que poderemos traçar metas e estratégias para desenvolver ações no espaço escolar e promover assim novas visões sobre a realidade. Uma ação consciente só será possível com a compreensão mais clara do contexto e envolvimento entre os atores sociais em torno do que se pretende desenvolver, o que implica enfatizar uma abordagem formativa centrada na transformação das consciências individuais.

No caso dos temas em Direitos Humanos um importante aspecto a ser considerado está em conhecer e explorar a realidade dos alunos, no sentido de saber com quais saberes e mensagens eles dialogam cotidianamente. Além da escola, quais fontes de conhecimento costumam ser acessadas por eles? Há prática de leitura em casa? Se afirmativo, quais? Se negativo, por que não há leitura? Como estimular essa prática e fazer, principalmente, que os temas que inquietam os alunos e a comunidade a qual pertencem possam chegar ao conhecimento da escola? Desse modo, entendemos que o conhecimento da comunidade local fará reconhecer aspectos importantes como a dimensão política e social da escola no sentido de aproximar os membros dos arranjos familiares e que muitas vezes foram socializados a partir de um processo educativo diverso, por vezes negador de direitos. Defendemos que uma educação em Direitos Humanos deve assumir, portanto, um sentido transformador da realidade social, pois “educar é um ato de formação da consciência – com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão” (SADER, 2007, p. 80).

A aproximação com a família e suas práticas, portanto, é fundamental nesse trabalho de difusão dos temas e princípios em Direitos Humanos, uma vez que as novas percepções sobre a realidade social apenas se sustentam com a abertura e apoio familiar. Partir da programação que assistem na TV, das músicas que costumam ouvir, dos temas que lhes são mais importantes sem dúvida é uma boa estratégia para introduzir novos conceitos e formas de perceber o mundo balizadas por valores éticos. A música ou programa de TV consumidos pelos alunos refletem qual visão de mundo? Eles contribuem para emancipação social ou para a negação de direitos? Veremos que na prática essa mesma música ou programa pode ser utilizada como oportunidade rica para discutir papéis e representações sobre a realidade.

Da mesma forma, com o desenvolvimento de atividades práticas será possível introduzir novos conhecimentos que permitam reconhecer a centralidade dos temas em Direitos Humanos e proporcionar uma renovação importante dos métodos de ensino a partir do uso de tecnologias que favoreçam a aproximação com as novas gerações. Estas, como sabemos, são cada vez mais marcadas pela influência das mídias, que interferem fortemente na sua comunicação e forma de produzir conhecimento. Na concepção do Projeto essa dimensão precisa ser incorporada, de modo que entendamos, como destacou oportunamente Circe Bittencourt (2004, p. 108), que as “novas” tecnologias não representam uma ameaça para a Educação, mas podem ser vistas como ferramentas importantes para o ensino; o que não significa por sua vez desprezar a importância de uma postura crítica diante dos conteúdos apresentados por meios como televisão, internet, entre outros. Segundo a pesquisadora,

As mudanças culturais provocadas pelos meios audiovisuais e pelos computadores são inevitáveis, pois geram sujeitos com novas habilidades e diferentes capacidades de entender o mundo. Para analisar essas mudanças, há a exigência de novas interpretações aos atuais meios de comunicação que ultrapassem aquelas que os consideram degenerescência ou involução. Interpretações permeadas de preconceitos não possibilitam um entendimento das configurações culturais emergentes e, portanto, dificultam todo diálogo com nossos alunos. Por outro lado, este é o mais importante desafio para os professores, não se pode também ser ingênuo em relação a essa nova cultura.

A partir desse debate e do desenvolvimento de reflexões pautadas na realidade objetiva dos alunos, de sua família e da comunidade onde a escola está instalada que será possível entender que é a partir dos Direitos Humanos que asseguramos a nossa própria existência como sociedade, compreendendo a diversidade em seu sentido pleno e cultivando o respeito em relação àqueles que são diferentes de nós. Utilizar, por exemplo, como referência os programas policiais, muito comuns hoje no Brasil e quase sempre orientados por uma abordagem sensacionalista dos fatos, pode ser uma oportunidade singular para discutir os conceitos de Direitos Humanos, a noção de direito, Justiça, cidadania e violência, entre outros, principalmente quando é comum a criminalização no

país dos Direitos Humanos - concebidos erroneamente como “direitos de bandidos” – e mais comum ainda a exploração dos dramas alheios no rádio e na TV, onde a população pobre se destaca como maior vítima da violência institucional.

Será ainda uma oportunidade para deixar mais claro que os Direitos Humanos são para todos, mesmo para aqueles que à primeira vista negaram à sua condição humana ou expressaram nas suas ações o caráter contraditório e cruel dos seres humanos. Não podemos perder de vista que a humanidade é marcada pelo sublime e pelo cruel e que, por mais danoso que seja o ato, ele não pode comprometer nosso compromisso e crença com o futuro da sociedade na qual vivemos. Difundiremos a justiça quando apreendermos o seu sentido pleno, o que corresponde ensinar e exercitar o valor e o princípio da justiça com base no comportamento ético e no respeito à diversidade em suas diferentes faces.

Atuar nessa direção é pensar e trabalhar a favor do sentido transformador da escola para a realidade não apenas brasileira, mas mundial. Com base nos valores da educação e no respeito aos Direitos Humanos poderemos avançar no atendimento das demandas da sociedade em torno da diminuição das desigualdades e controle das diferentes formas de violência que atravessam nossa realidade e, sobretudo, as escolas brasileiras. Enfrentar questões relativas às diferentes formas de discriminação é um aspecto fundamental para construirmos e efetivarmos uma proposta de educação cidadã que leve em consideração princípios fundamentais ao PPP como autoridade, qualidade, participação, autonomia, democracia e igualdade.

O Projeto Político-Pedagógico, como destacamos, deve ser compreendido para além da ideia de instrumento, sendo ele mesmo o processo e contexto que assegurará a participação dos professores, estudantes, pais de alunos, demais funcionários, enfim, a comunidade escolar na elaboração coletiva de um documento que efetivamente represente os seus anseios. É importante que o PPP sirva de referencial concreto na construção de respostas para os anseios da escola, em seus aspectos locais, ao mesmo tempo em que oriente na superação de obstáculos que são comuns a diferentes realidades.

Um bom Projeto será aquele que motivará pela força das ideias que defende, sendo o resultado pleno de uma experiência dialógica da comunidade escolar no exercício de sua autonomia. Do ponto de vista prático, a riqueza do PPP se expressará na capacidade de motivar a reflexão no contexto da escola e promover um trabalho de revisão dos aspectos que norteiam o Projeto, substituindo práticas pedagógicas engessadas por uma ação pautada no exercício reflexivo e no protagonismo dos educadores, responsáveis pela orientação do processo educacional. É necessário que o Projeto não perca de vista o sentido transformador da educação, que ao visar o desenvolvimento da autonomia dos alunos não pode deixar esquecer o sentido coletivo da existência humana, uma vez que se torna cada vez mais importante construir uma escola “menos direcionada para o conhecer, mais voltada para o conviver” (OLIVEIRA, 2005, P. 52).

Poderemos, ao refletir sobre a escola e sobre os valores que a orientam, entender mais de perto como se configura os contextos que comprometem a aprendizagem e favorecem a manutenção das desigualdades. Um melhor entendimento do cenário em que atuamos é necessário para sairmos de contextos que dificultam a aprendizagem e a inserção social para uma educação pautada em novas formas de educar que levem em consideração a existência e importância do Outro, pois segundo Paulo César Carbonari (2007, p. 174):

O outro é que põe o eu, de tal sorte que a subjetividade é, antes, intersubjetividade. A consciência, como presença crítica, é vida que vive e ajuda a viver. Relações que não alimentam o reconhecimento dos distintos em comunhão são não-relações, pseudo-relações, ajuntamento, 'amnésia antropológica. Daí que, mais do que uma disposição do eu, a relação é efetivação do encontro de alteridades.

Esse processo, como vimos, pressupõe o desenvolvimento da autonomia e do respeito às diferenças na escola, que precisa ser reconhecida como entidade social e, por essa razão, como espaço plural e dinâmico. Certamente colaborará para isso a inclusão de novas linguagens, o investimento na formação continuada dos educadores, assim como a assimilação de uma concepção dialógica de educação e de gestão escolar que permitam vivenciar na prática escolar os temas e princípios dos Direitos Humanos. O Projeto Político-Pedagógico da escola, como a própria identidade, é marcada por um sentido dinâmico da existência. Ele deve atender às características que assinalam o tempo da escola, dos alunos, professores e comunidade, estando apto a corresponder a anseios e antecipar respostas aos desafios apresentados pela sociedade. Mas, deve, principalmente, manter-se firmemente ligado aos princípios essenciais dos Direitos Humanos, assegurando o contexto escolar como garantidor da dignidade e do desenvolvimento pleno dos alunos e profissionais da educação.

Atividade sugerida:

Verifique na escola onde você atua se ela dispõe de Projeto Político-Pedagógico. Com base nas discussões feitas neste módulo, caso a escola possua um Projeto:

- 1- Realize uma breve análise dos seus elementos norteadores, destacando em qual momento o Projeto Político Político-Pedagógico foi elaborado e se foi resultado de um processo coletivo ou não de construção.
- 2- Considerando ainda a existência do Projeto, converse com colegas professores, funcionários e alunos e veja quais são as principais demandas apresentadas pela escola, de modo a verificar se estas são contempladas pelo Projeto Político-Pedagógico e pelo currículo.

3- Na ausência de Projeto, construa um breve texto salientando os aspectos que devem constar no Projeto Político-Pedagógico e sobre a importância de constituir um amplo debate na escola a respeito da importância de definir os Direitos Humanos como princípio basilar da concepção de educação pensada pela comunidade escolar.

Referências

BITTAR, Eduardo C. B. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

Capacitação em direitos humanos e cidadania: fundamentos teórico-metodológicos. Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. Recife, 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/314_manual_edh_fundamentos_m_dh.pdf.

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de Carvalho. Uma ideia de formação continuada em educação e direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

GANDIN, Luís Armando. Projeto Político-Pedagógico: construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Orgs). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Planejamento e gestão democrática. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

GARCIA, Regina Leite. Projeto Político-Pedagógico – Do resultado de um movimento da escola a uma imposição das Secretarias de Educação. In: LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Orgs). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Planejamento e gestão democrática.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. Manual de direitos humanos. Belo Horizonte: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; SOUZA, Maria Inês Salgado de e BAHIA, Maria Gisèle Marques. Projeto Político-Pedagógico: da construção à implementação. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares novas abordagens.** Petrópolis, 2005.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. Questões sobre a organização do trabalho na escola. In: BORGES, Abel S. (org). et. al. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública.** Série Idéias, 16. Edição especial. São Paulo. FDE, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1997.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental.** São Paulo: Ática, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 2^a ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

_____. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 1998.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

SACAVINO, Susana. Direito humano à educação no Brasil: uma conquista para todos/as. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

VALERIAN, Jean; DIAS, José Augusto. **Gestão da escola fundamental: subsídios para a análise e sugestão de aperfeiçoamento.** São Paulo: Cortez; Paris: UNESCO; Brasília: MEC. 1993.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas, Papyrus, 2001.